

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUA RELAÇÃO COM OS  
MOVIMENTOS SOCIAIS.

MATINHOS

2014

ALINE APARECIDA BACH TITSKI

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Douglas Ortiz Hamermuller

MATINHOS

2014

# **A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS.**

**Aline Aparecida Bach Titski<sup>1</sup>**

**Douglas Ortiz Hamer Muller**

## **RESUMO**

Neste texto, apresentamos uma reflexão a respeito da trajetória histórica da educação do campo, discutindo as políticas desenvolvidas pelos movimentos camponeses e o governo federal. O tema a ser discutido nesta pesquisa está pautado no processo de construção da educação do campo no Brasil, frente a desafios e mudanças ocorridas ao longo da história. Para o estudo desta temática buscar-se-á o entendimento das seguintes questões: primeiramente compreender as principais mudanças ocorridas ao longo da história neste cenário relacionando a educação do campo e os movimentos sociais e posteriormente analisar a influência do movimento migratório na educação rural do Município de Palmeira.

**PALAVRAS CHAVE:** educação do campo, movimentos sociais

## **Introdução**

A pesquisa realizada no decorrer deste artigo está pautada nos debates da educação e dos movimentos sociais do campo no Brasil, para compreender a trajetória e a temática da educação do campo, estudaremos as políticas públicas e as problemáticas significativas da Educação do Campo e das Lutas Sociais no Brasil e as principais

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná.

mudanças ocorridas ao longo da história neste cenário descrevendo os aspectos mais relevantes em relação ao desenvolvimento histórico-social do povo do campo.

Esta temática, desperta diversos questionamentos, no entanto serão priorizados alguns aspectos que possibilitarão um olhar mais amplo sobre o tema. A problemática central da pesquisa será pautada em discutir a história da Educação do Campo no Brasil e o posicionamento do Estado em relação às práticas educativas para os que trabalham e residem no meio rural brasileiro.

Nesse sentido, esta pesquisa, baseia-se no tipo de pesquisa bibliográfica, sendo um tipo de pesquisa que faz investigações em obras publicadas que tratam do tema da pesquisa.

A investigação sobre o tema possibilita fundamentação para a pesquisa, a partir da contribuição de Ludke e Andre “é preciso promover o confronto entre, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” ( 1986 p. 01).

Dessa forma faremos o levantamento de dados para posterior análise, pois esta tarefa implica, “na organização de todo o material, dividindo-o em partes, selecionando estas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes” (LUDKE e ANDRE, 1986 p.45).

## **Considerações Históricas**

Para falar da educação do campo nós temos que pensar o contexto histórico social e econômico da sociedade brasileira. No final do império brasileiro antes mesmo da proclamação da república já se tem a preocupação com as pessoas que estão meio no rural, porém este período é de escravidão, desta forma faz-se necessário pensar a quem é destinada a educação rural.

Historicamente, o processo de educação escolar no Brasil foi marcado pela exclusão das camadas populares da sociedade. Primeiramente é fundamental esclarecer que ao longo da história a população do campo foi relegada ao esquecimento ou à exploração de terra e da força de trabalho, estereótipos e preconceitos multiplicavam-se.

No Brasil, a educação foi tomada como ascensão social e/ ou vista a partir das demandas da industrialização e do processo de urbanização vivido a partir do século XX. No campo, a falta de compromisso político dos dirigentes do país, bem como os resquícios de matizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio, no trabalho escravo, em técnicas arcaicas de produção, que compreendem que para trabalhar na terra não é necessário escolarização, têm contribuído, ao longo da história, para a ausência de políticas públicas para os povos do campo, gerando um grande contingente de pessoas não alfabetizadas ou subescolarizadas.

Com o crescente processo de industrialização e de urbanização, de mecanização da agricultura e da expulsão dos trabalhadores do campo, gerado a partir do modelo econômico instituído no Brasil na década de 1970, ocorre um intenso processo de êxodo rural. (SCHWENDLER) p.36

Neste momento se pensa o ensino regular para agricultores, para comerciantes, e é deixado de lado a educação para os trabalhadores do campo, e isto tem relação com o que se ouve dos trabalhadores, ou seja, eu trabalho na roça e não preciso de estudo, isto na verdade é uma ideologia construída, ou seja durante séculos no Brasil nós tivemos um ideário marcante que dizia que o trabalhador rural braçal não precisava de estudo.

Percebemos que os discursos e práticas da elite não condizem com a realidade das populações do campo, as quais são relegadas ao esquecimento, como consequência, conforme analisa Abramovay (2000) citado por Schwendler p. 37 “o Brasil ocupa um dos piores índices educacionais rurais da América Latina, e o principal obstáculo à acumulação de capital social no campo é a existência de um ambiente educacional incompatível com a noção de desenvolvimento”.

A juventude encontra um conjunto de limites para permanecer no campo. Entre eles, está a falta de perspectiva quanto às atividades desenvolvidas, o problema da geração de renda, a falta de terra, o modelo educacional que não os prepara para o trabalho no campo.

A educação do campo como processo de construção, deve ser pensada desde os interesses sociais, políticos e culturais de um determinado grupo social, ou seja “faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, ou mais amplamente da classe trabalhadora do campo, e de suas lutas” Caldart p.24.

Arroyo, 2011 aponta que a educação do campo no Brasil evidencia desvantagens educacionais em relação aos centros urbanos. Tal condição é exemplificada no fechamento

das escolas e na ausência de infraestrutura, nas dificuldades de acesso, nos currículos descontextualizados que negam os sujeitos que vivem e trabalham no campo, bem como na predominância de professores sem formação específica, dentre outros. Uma herança das políticas públicas educacionais elitistas e de um modelo de desenvolvimento centrado na economia agroexportadora, monocultora e excludente.

O estigma de que a escola urbana é melhor é uma realidade que faz com que as políticas de investimento fiquem voltadas para este critério, por isso as escolas das cidades se tornam prioridade na agenda de investimentos dos governos, enquanto que as escolas do campo ficam em segundo plano.

Dessa forma é necessário romper com as diferenças entre campo e cidade e fortalecer a identidade, e a cultura dos diversos grupos que vivem e se mantêm dentro desta realidade. Diferenças entre rural e urbano existem, porém a desigualdade entre uma cultura e outra, entre um modo de vida e outro devem ser repensados.

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 2004, p.14)

Diante disto, entre as décadas de 80 e 90 à educação do campo é colocada em pauta pelos movimentos sociais, vinculando-a à questão agrária e visando transformação da realidade vivida. Os sujeitos sociais ressurgem pela idéia de organizar e reivindicar seus direitos. “No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tornar-se-á, a partir da década de 1980, o mais combativo e forte movimento social do campo”. Lucini.

Os movimentos sociais caracterizaram-se por reivindicações diferentes, mas a idéia do movimento social como forma de organização coletiva é extremamente importante, pois consegue suprir determinadas necessidades dos mais diversos grupos.

Esta forma de movimento é imprescindível numa sociedade como a que vivemos, pois políticas públicas, como: sociais, educacionais, dentre outras, podem ser modificadas, quando indivíduos que isoladamente não possuiriam um grande poder de transformação

organizam-se, e com isso conseguem interferir na sociedade, transformando-a, ou até mesmo mantendo-a de forma a garantir seus interesses.

Podemos citar a aprovação da Constituição de 1988, a partir deste momento, um grande debate é feito em torno dos direitos sociais da população campesina, políticas de direitos educacionais bastante significativas são aprovadas, consolidando o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, respeitando suas singularidades culturais e regionais.

Art. 205. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art.205).

A partir da concepção de uma educação para todos, conquista-se o reconhecimento da diversidade e singularidade do campo, uma vez que vários instrumentos legais estabelecem orientações para atender esta realidade de modo a adequar as suas especificidades, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. A LDB 9.394/96 em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Vale destacar que mesmo com estes avanços e legislações educacionais mais atentas e voltadas para a educação do campo, a realidade das escolas para a população rural continua precária.

Quando analisamos a realidade das populações rurais do campo, no Brasil, vemos os resultados de um histórico de abandono e negligências em relação às políticas públicas, em especial a educação ofertada a esta população. (ARROYO, 2011).

Esta educação que propomos estudar é representada por sujeitos concretos e busca o seu recorte numa camada social específica (a dos camponeses), sem descartar a universalidade do processo educacional. Visto que a função primordial da educação é antes de tudo a formação intelectual, social e política de seres humanos. O que converge com a concepção de Caldart (2000 p.18) de que

... a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele.

Pode-se dizer que a luta por uma educação do campo deve ir além do que prescreve a Constituição de 1988 e também a LDB 9394/96, devendo se constituir pelos atores que nela estão envolvidos através de suas práticas educativas cotidianas, suas experiências e reais necessidades.

A história da educação do campo foi marcada profundamente pelo abandono e tropeços do poder público. Foi em oposição a esta situação que surgiram diversas iniciativas de movimentos sociais, sindicais e populares que paralelamente construíram inúmeras experiências educativas de reflexão acerca da realidade e interesses dos povos do campo. São iniciativas que defendem o meio rural como espaço de diversidade cultural e, portanto, territórios que necessitam de políticas direcionadas a essa realidade e não uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano. [educampo.ufsc.br](http://educampo.ufsc.br)

Os movimentos sociais existem pra reivindicar os direitos de cidadania, pois enquanto houverem as diferenças sociais existirá a busca pela garantia destes direitos.

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o



seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2002) p. 27

A escola tem papel fundamental na mudança de paradigma social, dessa forma seu papel deve ser o de contribuir para a construção de uma ambiente educativo, que considere a heterogeneidade dos grupos humanos e valorize os diferentes conhecimentos destes sujeitos.

A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, organizem-se e assumam a condição de sujeitos da direção de seus destino. Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. (...) toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito para o meio rural e muitas poucas vezes com os ou pelos sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos. (CALDART, 2002) p 27

As políticas públicas educacionais devem seguir um caminho de evolução, desvinculando-se de posturas político/governamentais que marcam avanços e retrocessos, com preocupações e ideologias partidárias, sem considerar o futuro intelectual de um povo.

Para Caldart p.28 faz-se necessário debater sobre pedagogias e metodologias “que trabalhem a capacitação real do povo para esta atuação como sujeito (...) da construção de políticas públicas, (...) de projetos de desenvolvimento, da reflexão política, e (...) pedagógica sobre seu próprio processo de formação como sujeito”, pois a Educação do Campo “somente se tornará uma realidade efetiva como ideário, se permanecer vinculada aos movimentos sociais”.

O vínculo entre as lutas sociais e os movimentos sociais, coloca a Educação do Campo “como herdeira e, (...) construtora da Pedagogia do Movimento, que aos poucos se conforma como componente importante da tradição pedagógica vinculada a processos de transformação social e de emancipação humana”. Caldart p 28

A pedagogia do movimento reflete sobre como os Movimentos Sociais constituem matriz pedagógica à medida que atuam como educadores ou como sujeitos

pedagógicos da formação de novos sujeitos sociais, capazes de interferir de alguma forma no cenário político da sociedade rural. Caldart p.28

“Em vez de pensar uma ação pedagógica para dinamizar ou “modernizar” a sociedade rural, como é a visão da chamada educação rural”, ao contrário o que temos que pensar “é em ações pedagógicas sintonizadas com a dinâmica social do campo, acelerada pela presença dos Movimentos Sociais” Caldart.p28 dessa forma a mudança na compreensão da definição entre educação do campo e educação rural, vai além da simples nomenclatura esta mudança reflete a busca pelos direitos sociais e as necessidades das populações do campo.

### **Considerações sobre a Educação do Campo no Município de Palmeira**

O Município de Palmeira teve origem às margens do Caminho das Tropas, que garantia um intenso movimento de tropeiros, dos quais muitos acabavam se instalando na cidade, constituindo família, devido a isso houve o aumento da população. Com o povoamento definido chegam os imigrantes.

O processo imigratório no Brasil foi uma iniciativa de colonização e povoamento, com a vinda dos “imigrantes europeus, com o intuito de povoar as terras rurais, formaram-se os diversos núcleos coloniais para onde foram instalados os colonos oriundos da Rússia, Polônia, Alemanha e da Itália”. unicamp.br

A primeira colônia de imigrantes criada no Município de Palmeira foi de Russo-alemães no ano de 1877, estes colonos viviam em localidades isoladas da área rural, tendo como principal atividade a lavoura e gado para sua subsistência.

Ao se instalarem nas colônias, “a educação dos filhos dos imigrantes foi realizada nas igrejas da comunidade, cujas aulas eram ministradas pelo representante religioso, na língua nativa de cada etnia”. Unicamp.br

Posteriormente, com a chegada dos imigrantes Poloneses por volta de 1888, fundando a Colônia de Santa Barbara de Cima, onde foi construída uma das primeiras escolas rurais do Município de Palmeira, esta escola era sustentada pelos próprios colonos e por ser uma colonização estrangeira, indicava uma professora da mesma origem que lecionava as quatro séries ao mesmo tempo e na mesma sala. A língua utilizada era a

polonesa, e os filhos de moradores de outras origens lingüísticas tinham que aprender a falar o polonês.

Mais tarde, por exigência da igreja e apoio do governo, vieram para aquela localidade algumas freiras de origem polonesa para ministrar o ensinamento de línguas portuguesa e polonesa às crianças da região.

Com o advento da república surge a questão do nacionalismo e a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas de imigrantes. Por não aderirem a essa exigência muitas dessas escolas foram fechadas e os filhos dos imigrantes se viram obrigados a freqüentar as escolas públicas isoladas do estado, criadas nas regiões rurais de Palmeira. Unicamp.br

Apesar de funcionar desde a chegada dos imigrantes Poloneses a Escola Municipal Rural de Santa Barbara de Cima, foi autorizada a funcionar apenas no ano de 1982 e no ano de 1986 esta escola passou a ser nucleada e passou a funcionar em regime seriado, atendendo alunos de várias outras escolas menores, as quais foram desativadas.

Por volta de 1904, em virtude do crescimento econômico da região, uma parcela representativa da sociedade burguesa reivindicou ao Governo Estadual a criação de uma escola pública. Assim, atendendo aos interesses da sociedade republicana, criou-se, em 1907, o Grupo Escolar Jesuíno Marcondes. educere.bruc.com.br

As escolas de imigrantes funcionaram antes mesmo da criação da primeira escola pública do município de Palmeira, pois neste momento a educação estava voltada para o ensino das elites, privilegiando uma pequena parcela da educação, dessa forma, o grupo escolar Jesuíno Marcondes atendeu apenas as crianças que moravam nas proximidades da escola, ficando de fora as crianças pobres e que viviam nas áreas rurais.

Posteriormente com o aumento no número de matrículas nas escolas e também com o desenvolvimento das atividades agrícolas na região, houve o interesse em instruir a população do campo, assim foi inaugurada em 1941, a Escola de Trabalhadores Rurais do Município de Palmeira recebendo o nome de Getúlio Vargas.

A iniciativa do Governo Estadual em criar as escolas para trabalhadores rurais não aconteceu por mero acaso (...), mas pela confluência de vários fatores econômicos, políticos e sociais que culminaram com o processo de formação da mão de obra para o

trabalho, sob a ideologia do atendimento e da assistência aos desvalidos. educere.bruc.com.br

A prioridade de atendimento da instituição era para órfãos, jovens desamparados, e os filhos de lavradores, visando diminuir o problema do abandono familiar e também a formação para a agricultura.

Atualmente, mesmo sendo uma cidade interiorana, com características econômicas fortemente baseadas na atividade agropecuária, a prática das escolas está focada na industrialização presente nos grandes centros, não contemplam a realidade presente no município.

Nesta perspectiva entendemos que a escola foi criada para atender a uma determinada parcela da sociedade percebeu-se que a escola, no transcorrer do processo histórico da humanidade, não fez mais que propagar as idéias da classe que detinha o poder nas mãos. Ao propor uma escola pública, gratuita e estatal o Estado, como representante dessa classe, propôs ideologicamente uma educação democrática que atenderia a toda população, sem distinção de classes, no entanto compreendeu-se que esse ideário foi um aparato utilizado pelos republicanos para propagar o novo regime político, visto que seria impossível, (...) atender aos interesses de toda uma sociedade que estruturalmente está dividida em classes. unicamp.br

## **Considerações Finais**

O campo brasileiro tem uma história marcada por muitos conflitos e mudanças. Do Brasil Colônia até hoje a agricultura tem sido fundamental para a história do país. Um setor que emprega muitos trabalhadores e que cresce continuamente. Faz-se necessário pensar na vida dessa população que reside, trabalha e estuda nas áreas rurais do Brasil.

É preciso estar atento, em como esta sendo organizado o ensino nas escolas do campo, investigando os principais problemas enfrentados por alunos e também professores no decorrer deste processo.

Dados estatísticos mostram que há uma quantidade significativa de pessoas que não sabem ler nem escrever, e no campo estes números são bem maiores com relação a cidade.

Atualmente podemos perceber que com as demandas dos movimentos sociais, em exigir uma educação pública gratuita e de qualidade para a população do campo já houveram avanços significativos e provavelmente uma melhora ainda maior poderá ser vista a médio e longo prazo em relação a educação do campo.

O que percebemos é que embora o acesso ao ensino seja universalizado no Brasil, a desigualdade presente no campo é muito grande, ocasionando diversas barreiras, que dificultam ou impedem os alunos de concluírem os estudos.

Por muito tempo, pouco se olhou para as necessidades curriculares da Educação do Campo, que sempre foi excluída, apenas preparou os estudantes para trabalharem nas cidades, em busca da mão de obra barata. Não podemos aceitar que o modelo pedagógico adotado no ensino rural transmita a idéia distorcida de que a educação no campo é uma preparação para se chegar a cidade.

Paulo Freire defendia que a escola tem saberes mas que a população, a comunidade, o agricultor também tem saberes e que os dois podem se relacionar, e que um tem a aprender com o outro, pois através de uma mediação com a própria realidade, é que se educa.

## **LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO:**

ANTONIO, C. A & LUCINI, C. Ensinar e aprender na educação do campo: Processos históricos pedagógicos em ação. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a05v2772.pdf>

ARROYO, M. & FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>

BRASIL, Lei nº 9.394/96. MEC, Brasília, 1996.  
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

BRASIL, Decreto 2.208, MEC, Brasília, 1997.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)

DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

CALDART, ROSELI SALETE, Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo in Secretaria do Estados do Paraná. Educação do Campo. Curitiba, PR. SEED, 2005.

Historia da Educação do campo no Brasil

<http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>

[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4666\\_2718.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4666_2718.pdf)

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/oe086rG.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/oe086rG.pdf)

LEITE, Sergio (et al). Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

LUDKE, Menga e ANDRE, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

SCHWENDLER, SÔNIA FÁTIMA, Principais Problemas e Desafios da Educação do Campo no Brasil e no Paraná. In Secretaria do Estados do Paraná. Educação do Campo. Curitiba, PR. SEED, 2005.